

IMPASSE. Situação só deve se reverter se hospital passar a ser administrado por empresa de direito privado

HU ameaça demissão em massa

Setores da comunidade acadêmica resistem à implantação da Ebserh e alegam que medida é uma tentativa de privatizar a unidade de saúde

MAURÍCIO GONÇALVES
REPORTER

Querem que uma empresa administre o Hospital Universitário (HU). Com 200 leitos e capacidade para 10 mil consultas por mês, o HU de Maceió pode fechar as portas. Para a direção da unidade, a ameaça vem da resistência de setores da comunidade acadêmica contra a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A reitoria da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) enxerga esta empresa como a única solução para evitar a demissão de cerca de 260 profissionais não concursados.

Só que o Sindicato dos Trabalhadores da Ufal (Sintufal) faz uma oposição ferrenha a esta ideia. "A lei (12.550) que cria a empresa é inconstitucional, é uma privatização, uma forma de disponibilizar os leitos para a iniciativa privada", acusa a coordenadora jurídica do Sintufal, Risonilda Costa. Por outro lado, um acórdão do

Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece o prazo até 31 de dezembro próximo para o afastamento de 259 servidores nesta situação, no caso, os contratados pela "idosa" Fundação de Ensino, Pesquisa e Extensão (Fundepes).

Sem estes funcionários, a direção afirma que vários setores vão fechar e muitos outros terão uma redução drástica. "O pessoal da Fundepes compõe 100% dos setores de Faturamento, Almoxarifado, Compras, Arquivo Médico e Marcação de Consultas. Também haverá uma diminuição imensa de pessoal nos ambulatórios, áreas de internação, centro cirúrgico e laboratórios, sem contar que a médio prazo todos os setores devem parar", adverte o diretor-geral do HU, Paulo Teixeira.

A caneta que assina a decisão está na mão do reitor Eurico Lôbo, mas ele precisa amadurecer o debate com o Conselho Universitário. "Existe toda uma discussão nacional

Limite
Tribunal de Contas da União estabelece o prazo até 31 de dezembro para o afastamento de 259 servidores contratados pela Fundação de Ensino, Pesquisa e Extensão

postas sem que as pessoas conheçam a legislação e os elementos técnicos. Não se trata de uma empresa que privatiza, o que existe é uma modificação do contrato de trabalho", argumenta o reitor da Ufal.

Eurico cita trechos da lei para informar que "a Ebserh terá seu capital social integralmente sob propriedade da União"; e "as atividades estarão inseridas exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)". Segundo o professor, a empresa é pública, e, "sem ela, o risco dos 259 profissionais serem afastados é total porque a responsabilidade disso é do reitor. Também empaca a questão dos recursos".

O reitor frisa que o HU tem um trabalho social extraordinário, num Estado em que 94% da população não tem plano de saúde.



GILBERTO FARIAS - ARQUIVO DA

Com as demissões, vários setores do Hospital Universitário vão fechar e muitos outros terão uma redução drástica, afirma a direção da unidade

"Então seria uma decisão drástica (não aceitar a Ebserh). É muito grave para Alagoas se o HU for inviabilizado por interesses pessoais". Em todo o Brasil, 29 dos 44 HUs já fizeram a adesão à Ebserh, conforme estabelece a lei federal, aprovada no Congresso e sancionada pela Presidência. Os demais estão em vias de aderir nos próximos dias.

O Sintufal alerta que a Ebserh nada mais é do

que uma empresa de caráter privado que recebe recursos públicos, mas vai precisar arrecadar dinheiro para manter o hospital funcionando e contratar pessoal. "Tem algum artigo na lei que dá margem para a abertura de convênios particulares, o que a gente não aceita porque, hoje, o HU tem 100% do atendimento pelo SUS e deve continuar assim", afirma a coordenadora jurídica da entidade.

Segundo Risonilda Costa, a direção do hospital usa uma argumentação que "não é verdadeira" quando diz que não haverá recursos do governo, caso a Ufal não aceite a empresa. "Isto é uma imposição do governo federal porque não quer arcar com a responsabilidade de administrar os hospitais. Eles dizem que não dá lucro, mas se o hospital é público, não é para dar lucro".